



MOÇÃO APROVADA PELA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP EM REPÚDIO AO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS E EM APOIO À GREVE SANITÁRIA DOS/AS PROFESSORES/AS DA REDE ESTADUAL PAULISTA.

03/03/2021

A Faculdade de Educação da Unicamp vem manifestar seu repúdio à forma como está sendo imposto o retorno às atividades presenciais nas escolas públicas do Estado de São Paulo, sem as devidas garantias em termos das condições sanitárias e sem qualquer perspectiva de ampla vacinação contra a COVID 19. Manifestamos, também, apoio integral a greve sanitária dos/as professores/as do Estado.

Vivemos o pior momento da crise sanitária, com o agravamento da pandemia após semanas sucessivas de números de contaminações e óbitos bastante elevados. Chegamos ao número assustador de mais de 250 mil mortes, com médias diárias móveis superiores a 1000, em parte como resultado da circulação das novas e mais severas variantes do vírus. No estado de São Paulo, como em outras partes do Brasil, estamos à beira de um colapso no sistema de Saúde, vide o caso de Araraquara e outros municípios da região, como Bauru e Jaú, com taxas de ocupação dos leitos de UTI em torno de 90%. Em Campinas chegamos a atingir 100% de ocupação dos leitos para casos de Covid 19.

As carências de nossas escolas, os problemas de infraestrutura, a falta de material de higiene, amplamente conhecidas, impedem que sejam garantidas as condições sanitárias adequadas. Os órgãos de imprensa têm noticiado, assim como as entidades representativas dos profissionais do magistério, o agravamento dos casos decorrentes do retorno das atividades presenciais nas escolas nesse início de ano. Até a presente data, o Sindicato Apeoesp já apurou mais de 1000 casos de contaminação de alunos e professores em mais de 540 escolas do Estado, desde o retorno das aulas no último dia 18 de fevereiro. É sabido que o problema não se restringe às escolas e a exposição ao risco dos profissionais do magistério, das crianças e seus familiares, uma vez que o retorno das aulas eleva em 15% a circulação de pessoas, o que fará aumentar a circulação do vírus de maneira geral.

Entendemos, por fim, que a greve sanitária dos professores do Estado é um movimento legítimo em defesa da vida e que, diferentemente de outros movimentos reivindicatórios – igualmente legítimos – não implica interrupção do trabalho, mas apenas da sua forma presencial, que no momento se configura como um risco desnecessário. Professores e professoras continuam trabalhando de forma remota, dando prosseguimento às mesmas adaptações emergenciais e temporárias já introduzidas no ano passado.

Reiteramos, assim, a necessidade urgente de interrupção das atividades presenciais nas escolas até que haja condições para uma retomada segura; quando os números de novos casos estejam sob controle e a vacinação massiva seja uma realidade no estado. Enquanto isso não ocorre, recomendamos que as escolas continuem funcionando com atividades remotas e que o governo do Estado de São Paulo intensifique os esforços para ampliar a vacinação a toda a população, não estabelecendo nenhum tipo de exclusão.

#vacinaçãoparatodosjá